

## **Registro síntese da 8ª Reunião do Conselho Nacional da Amazônia Legal – CNAL**

No dia 11 de maio de 2022 o Vice-Presidente da República e Presidente do Conselho Nacional da Amazônia Legal – CNAL, Antonio Hamilton Martins Mourão, conduziu, presencialmente, a 8ª Reunião do Conselho no Ministério das Relações Exteriores, com a presença dos Ministros das Relações Exteriores; do Meio Ambiente; da Ciência, Tecnologia e Inovações; do Advogado-Geral da União; do Governador do Estado do Pará; de representantes da Casa Civil da Presidência da República; dos Ministérios da Justiça e Segurança Pública; da Defesa; da Economia; da Infraestrutura; da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; de Minas e Energia; das Comunicações; do Desenvolvimento Regional; da Secretaria-Geral da Presidência da República; do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República; da Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos da Presidência da República; e dos Estados de Rondônia, Roraima e Amapá.

O Vice-Presidente da República e Presidente do CNAL iniciou a reunião com algumas considerações sobre a decisão do Supremo Tribunal Federal que alterou o decreto do Conselho, incluindo os governadores dos estados integrantes da Amazônia Legal; sobre a eclosão do conflito no leste europeu, com reflexo na questão energética e também na mudança climática; e sobre o momento difícil pela questão inflacionária.

Em relação ao portfólio de governança para a Amazônia Legal, informou que está em fase de aprovação o Plano Estratégico do Conselho Nacional da Amazônia Legal 2020-2030 e o Plano Nossa Amazônia.

Informou que o Plano Amazônia 2021/2022 está em andamento, se dedicando ao combate às atividades ilegais na Amazônia, tendo na linha de frente o Ministério da Justiça e Segurança Pública e do Meio Ambiente.

O Vice-Presidente destacou, ainda, que as ações repressivas devem ocorrer paralelamente ao enfrentamento dos desafios estruturantes da região, proporcionando emprego, renda e oportunidades iguais a todos que ali vivem, pois, naturalmente, a população criará um cinturão de proteção da floresta.

Em relação ao Consórcio dos Governadores da Amazônia Legal, foi elaborado o Plano de Recuperação Verde da Amazônia Legal, cujos principais eixos estão em coordenação com os dois grandes Planos do Governo, o Plano Estratégico e o Plano Nossa Amazônia, assim como tem sido incentivado projetos da iniciativa privada para que estejam inseridos nesse portfólio, voltados para o desenvolvimento da Amazônia.

Avaliou a necessidade de conseguir dar mais divulgação aos trabalhos que estão sendo realizados pelos ministérios e estados, principalmente em questões ligadas ao desenvolvimento da Amazônia.

Em relação a situação atual da supressão de vegetação na Amazônia, o representante do Ministério da Justiça e Segurança Pública informou sobre a Operação Guardiões do Bioma, versão desmatamento, que estabelece bases operacionais multiagências com atuação permanente de pessoal, equipamentos e logística. No momento, já estão instaladas seis bases, do total de dez: Porto Velho- RO, Humaitá-AM, Altamira-PA, Itaituba-PA, Novo Progresso-PA e São Felix do Xingu-PA.

Em seguida, passou a palavra para os ministros integrantes do CNAL, ao Governador e aos representantes dos ministros e dos estados que integram a Amazônia Legal, onde puderam expor as ações que estão sendo realizadas, no sentido de fazer avançar as ações estratégicas com o compromisso de articular, efetivar e potencializar os resultados da ação pública multissetorial, por meio da execução das políticas públicas, materializando o elevado engajamento com os propósitos do colegiado com desenvolvimento sustentável da região.

Brasília-DF, 11 de maio de 2022.